

SUBSÍDIOS PARA A TRANSIÇÃO

**GRUPOS TÉCNICO
EDUCAÇÃO**

NOTA 01

Políticas de acesso, de assistência e de financiamento a estudantes: integração e melhorias no desenho

afipea

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea

Políticas de acesso, de assistência e de financiamento a estudantes: integração e melhorias no desenho

Paulo Meyer Nascimento¹

1. Contextualização e Diagnóstico

Restrições financeiras sempre permeiam as discussões de políticas tocantes à promoção da escolarização para além da básica – leia-se, educação superior (ES) e educação profissional e tecnológica (EPT). Justo e importante que assim seja, mas barreiras não-financeiras também ajudam a reforçar as desigualdades socioeconômicas, raciais, etárias e de gênero que persistem no acesso a, na permanência em e na conclusão de tais níveis e modalidades da escolarização. Há uma crescente e considerável literatura econômica a documentar esforços para desenhar, implementar e avaliar políticas que busquem entender e lidar com essas barreiras. Parte importante dessa literatura é revisada com profundidade por Dynarski *et al* (2022).

Especificamente na questão do acesso, é comum que as barreiras não-financeiras se apresentem latentes no próprio processo de admissão em cursos de EPT e de ES. Também transparecem frequentemente nos meandros dos processos de solicitação de assistência ou de financiamento. Representam, para muitas pessoas, entraves dentro dos próprios percalços à decisão de seguir estudando após conclusão da formação básica.

Minorar esse problema passa por dois pontos centrais (Nascimento e Resende, 2019): (i) *que informação acerca das possibilidades de acesso e de financiamento chegue a quem precisa*; e (ii) *que os processos de admissão nos cursos e de obtenção de financiamento / assistência sejam claros, diretos e coordenados*.

No contexto do Brasil, o Sistema de Seleção Unificada – Sisu trouxe avanços importantes no processo de admissão em universidades federais. Ao centralizar o processo, expandiu o rol de possibilidades de escolha para quem está diante da decisão sobre o quê e onde estudar. Tornou tal processo, nas instituições participantes, mais claro, direto, coordenado – e mais barato.

Estudo de Mello (2022) mostra que, ao fazê-lo, o Sisu beneficiou proporcionalmente mais potenciais estudantes com maior capital social, cultural e econômico do que potenciais estudantes com histórico de vulnerabilidade. Isto porque o Sistema tornou mais meritória e competitiva a admissão nas universidades federais – e seletividade, quando tomada isoladamente em processos educativos, tende a reforçar desigualdades.

O mesmo estudo mostra, porém, que o fato de o Sisu ter sido instituído quase que simultaneamente à obrigatoriedade das cotas no sistema federal fez com que a interação das duas iniciativas trouxesse um resultado líquido positivo: um processo de admissão mais eficiente, claro, coordenado e meritocrático, mediado por ações afirmativas que expandiram o acesso a segmentos subrepresentados na ES.

¹ Nota elaborada para compor documento da Afipea. As posições emitidas são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, a posição do Ipea.

A evidência empírica encontrada por Mello (2022) torna ainda mais importante melhorar a governança de ambos os instrumentos, Sisu e ações afirmativas. Este último é objeto da nota técnica de Silva e Marques (2022). Quanto ao Sisu, importa colocar em perspectiva uma proposta de expansão do seu alcance capaz de trazer efeitos secundários positivos aos segmentos discentes subrepresentados, tanto na ES quanto na EPT.

Tais efeitos decorreriam da ampliação do escopo do próprio Sisu aliado à integração dele com o sistema federal de assistência e financiamento estudantil e da conexão do que chamaremos de Sisu 2.0 com registros administrativos e estatísticos diversos. Entre esses registros, o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, que já integra desde o Cadastro Único às informações sobre trabalho e previdência, e os registros dos censos e avaliações educacionais.

Com isso, o Sisu 2.0 conseguiria, a partir da inserção de informações básicas (não muito mais do que CPF próprio e de demais pessoas de seu domicílio ou da sua família e mais algumas características pessoais), buscar em outros sistemas os dados necessários para a pessoa já saia com a informação sobre: (a) o(s) curso(s) de EPT ou de ES em que pode se matricular, (b) eventuais direitos a alguma assistência ou a algum financiamento estudantil, (c) o que precisaria fazer para confirmar matrícula e para obter eventuais auxílios e/ou financiamentos estudantis.

Outros efeitos benéficos a segmentos discentes subrepresentados, na ES e na EPT adviriam de reformas específicas no sistema federal de assistência e de financiamento estudantil. Destacam-se nessa seara: a eliminação de sobreposições hoje existentes entre o Programa Universidade para Todos – ProUni e o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies; revisão dos critérios de focalização desses dois programas, cujos limites de renda mais restritivos já tornam potencialmente elegíveis até 75% das famílias brasileiras; e a implementação de um sistema nacional de financiamento estudantil com pagamentos vinculados à renda futura. Este último caminho permitiria substituir os programas federais de assistência e de financiamento estudantil hoje existentes por um mecanismo em que estudantes retribuem ao Estado o investimento feito em sua formação se e quando suas condições financeiras permitirem – reformulação que vai na linha do que é proposto em Nascimento (2022) e que passa pelas reformas sugeridas na nota técnica de Nascimento e Nogueira (2022).

2. Resumo das propostas:

- Implementação de uma política nacional de disseminação de informações e de prestação de suporte para a preparação para processos de admissão em cursos de ES e de EPT, com vistas a aumentar a participação de estudantes elegíveis a ações afirmativas em tais cursos.
- Ampliar o escopo do Sisu, a fim de permitir que a seleção unificada alcance cursos de ES e de EPT ministrados por quaisquer estabelecimentos públicos ou privados.
- Integrar o Sisu ao CNIS e aos registros administrativos mantidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, de forma a torná-lo um sistema capaz de informar: (a) o(s) curso(s) de EPT ou de ES em que a pessoa pode se matricular, (b) eventuais direitos a alguma assistência ou a algum financiamento estudantil, (c) o que precisaria fazer para confirmar matrícula e para obter eventuais auxílios e/ou financiamentos estudantis.

- Implementar mudanças na governança das ações afirmativas na linha proposta por Silva e Marques (2022).
- Instituir um sistema nacional de financiamento estudantil com pagamentos vinculados à renda futura nos moldes propostos por Nascimento (2022), a partir de marco regulatório na linha proposta por Nascimento e Nogueira (2022).
- Revisar os critérios de focalização e eliminar sobreposições hoje existentes entre o ProUni e o Fies.

Referências

DYNARSKI, S. *et al.* **Addressing non-financial barriers to college access and success: evidence and policy implications.** Washington, D. C.: NBER, maio 2022 (Working paper nº 30.054). Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w30054>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MELLO, U. Centralized admissions, affirmative action and access of low-income students to Higher Education. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 14, n. 3, p. 166–197, ago. 2022.

NASCIMENTO, P. M. **O estudante de hoje financiado pelo profissional do amanhã:** proposta de um sistema nacional de financiamento estudantil com pagamentos vinculados à renda futura - funcionamento e fonte de recursos. Rio de Janeiro: Ipea, 2022 (Texto para discussão nº 2.784). Disponível em: <https://bit.ly/3EQ310u>. Acesso em: 2 ago. 2022.

NASCIMENTO, P. M.; NOGUEIRA, M. O. **Uma nova contribuição para viabilizar sistemas de financiamento com pagamentos vinculados à renda futura no Brasil.** Brasília: Afipea, 2022 (nota técnica).

NASCIMENTO, P. M.; RESENDE, M. V. A. A comparative study of the federal higher education student financial aid systems in Brazil, Australia, and the United States. *Em:* MOREIRA, A. M. A.; PAUL, J.-J.; BAGNALL, N. (Orgs.). **Intercultural Studies in Higher Education.** Basingstoke, Hampshire (UK): Palgrave Macmillan, 2019. p. 285–313.

SILVA, T. D.; MARQUES, F. C. **Governança de ações afirmativas para ingresso nas instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio.** Brasília: Afipea, 2022 (nota técnica).